

Sumário

TEORIA GERAL DO DIREITO

A CONTROVÉRSIA DE VALLADOLID E O NASCIMENTO DOS DIREITOS HUMANOS

Renata Andrade Gomes 19

A (IN) SEGURANÇA JURÍDICA NA CONTEMPORANEIDADE

Lorena Carneiro de Assunção 31

A LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA DOS TEXTOS NORMATIVOS NO ESTADO BRASILEIRO - FUNDAMENTO E FINALIDADE DAS NORMAS JURÍDICAS

Tiago Junqueira Nolasco 43

CONSTITUCIONAL

UMA ANÁLISE CRÍTICA ACERCA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: GARANTIAS OU UTOPIAS?

Isamar Oliveira Saraiva 57

A EFICÁCIA HORIZONTAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO BRASIL

Daniilo Alves Muriz 68

A PROIBIÇÃO DE PROVAS OBTIDAS POR MEIOS ILÍCITOS: EXCEÇÕES E FLEXIBILIZAÇÃO COMO FORMA DE GARANTIR O DIREITO DE DEFESA DO INDIVÍDUO EM UM ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Alysson Condesso de Andrade 76

A REFLEXÃO CIENTÍFICA DO CONCEITO DE CIDADANIA A PARTIR DO DEVIDO PROCESSO LEGISLATIVO DEMOCRÁTICO

Rosdria Aparecida Diniz Santos 89

A REPRESENTAÇÃO DOS POBRES E DOS MISERÁVEIS PELO 'ESTADO' COMO FATOR CONSTITUINTE DA SUA IDENTIDADE

Eduardo Luiz Pinto Viana 99

O DIREITO CULTURAL DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS E SUA EFETIVIDADE

Nathalie Lima Machado 109

Sumário

LUTA E RESISTÊNCIA QUILOMBOLA PELO RECONHECIMENTO E PROTEÇÃO DA SUA IDENTIDADE

Emanuelle Joviane de Carvalho Mendonça 121

A SEPARAÇÃO DOS PODERES E A CRISE DE GOVERNABILIDADE NO DIREITO BRASILEIRO

Pedro Eliezer Maia 132

ATIVISMO JUDICIAL E A SUPOSTA CRISE DO PODER LEGISLATIVO

Erika Mulford Santos Martins 145

ATIVISMO JUDICIAL – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM FOCO

Cecília Faria de Almeida 154

A CRISE DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA: JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA, ATIVISMO JUDICIAL E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA COMO ALTERNATIVA

Saulo do Carmo Pompermayer 169

O CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Aniela Alves do Nascimento 178

A JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E O PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL

Acácio Wlde Emilio dos Santos 188

DA JUDICIALIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE E SEUS IMPACTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ana Paula Pereira Lucas Barreto 199

O PODER JUDICIÁRIO E AS DEMANDAS DE SAÚDE

Fernanda de Aguiar Pereira 206

O DIREITO À SAÚDE E O PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL

Adão Ferreira da Silva 218

DA INCONSTITUCIONALIDADE DA EMENDA À CONSTITUIÇÃO N. 57 DE 2008

Beatriz de Faria Álvares 226

Sumário

UM BREVE ESTUDO SOBRE A CONSTITUCIONALIDADE DA LEI N. 11.340/2006 - LEI MARIA DA PENHA - EM FACE DO INCISO I DO ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Jânia de Abreu Baeta 235

NATUREZA JURÍDICA DOS CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO DE PROFISSÕES REGULAMENTADAS À LUZ DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Hélida Marques Abreu Silva 245

A POLÊMICA DA TRANSFUÇÃO DE SANGUE EM PACIENTES SEGUIDORES DA DOUTRINA RELIGIOSA TESTEMUNHAS DE JEOVÁ

Michiel Mitre Haddad 256

PROCESSO LEGISLATIVO

EDIÇÃO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS POR ESTADOS E MUNICÍPIOS

Eduardo Barbosa Vilela 271

DA POSSIBILIDADE DE CONTROLE JURISDICIONAL DE CONSTITUCIONALIDADE DO VETO APOSTO PELO CHEFE DO PODER EXECUTIVO FUNDADO EM INCONSTITUCIONALIDADE

Ubiratan Laranjeira Barros 281

PROCESSO CONSTITUCIONAL

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONTROLE PREVENTIVO DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL

Lilian Redarte Nascimento 299

A MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL NA PERSPECTIVA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Marcela Müller 309

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: A RELATIVIZAÇÃO DA TESE DA NULIDADE DOS ATOS INCONSTITUCIONAIS

Mariana Cristina Xavier Galvão 322



Sumário

DA SUPERAÇÃO DO EFEITO “INTER PARTES” DAS DECISÕES PROFERIDAS EM CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, EM RAZÃO DO JULGAMENTO DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS, EM RAZÃO DO REQUISITO DA REPERCUSSÃO GERAL. DA INFUNDADA PARTICIPAÇÃO DO SENADO FEDERAL

Daniela Schneider Raslan 333

A NOVA LEI DO MANDADO DE SEGURANÇA

Mariana Augusta de Figueiredo Lacerda e Souza 343

NÃO CABIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA NOS CASOS DOS CHAMADOS ATOS DE GESTÃO: UM TEMA ABSOLUTAMENTE CONTROVERSO

Peter de Moraes Rossi 350

A AÇÃO POPULAR COMO INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOB A ÓTICA DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA A PARTIR DO PARADIGMA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Marlúcio da Conceição 357

A EFETIVIDADE DO MANDADO DE INJUNÇÃO NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Cristina Sirtoli Recla 369

EFEITOS DO MANDADO DE INJUNÇÃO E EVOLUÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STF

Mariana Maciel e Silva 380

A PROBLEMÁTICA JURÍDICA DAS SÚMULAS VINCULANTES FRENTE AO PRINCÍPIO DA INAFSTABILIDADE DO CONTROLE JURISDICIONAL

Patrícia Nunes Rodrigues 389

O DOGMA DA CELERIDADE PROCESSUAL DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E O MODELO CONSTITUCIONAL DO PROCESSO

Simã Catarina de Lima Pinto 397

OS JUIZADOS ESPECIAIS NO CONTEXTO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Flávia de Fátima Campos Mendonça 408

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS: O JUS POSTULANDI E O ACESSO À JUSTIÇA

Juliana Magalhães de Moraes 423

Sumário

ADMINISTRATIVO

DIREITO ADMINISTRATIVO NO CONTEXTO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Paulo Henrique Cardoso 437

ANÁLISE CRÍTICA DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO SOBRE O PRIVADO NA PERSPECTIVA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Wandir Manoel da Silva 449

A REFORMA ADMINISTRATIVA GERENCIAL E O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA: REFLEXOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS.

José Maria de Barros Júnior 459

ARGUMENTOS JURÍDICOS LÓGICOS APTOS A FUNDAMENTAR AS DECISÕES JURÍDICO-ADMINISTRATIVAS DO ESTADO

Thiago Augusto de Freitas 471

CONTROLE JURISDICIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: O CONTROLE DE JURIDICIDADE FRENTE AO CONTROLE DE LEGALIDADE

Fábio Corrêa Lara 482

O CONTROLE DE MÉRITO DO ATO ADMINISTRATIVO PELO PODER JUDICIÁRIO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Maria de Lourdes dos Santos Simões Amorim 493

PRIVATIZAÇÕES NO BRASIL: A MORALIDADE ADMINISTRATIVA EM QUESTÃO

Lucas Antunes Barros 506

A INTERPRETAÇÃO DA SÚMULA VINCULANTE 13 DO STF, A VEDAÇÃO AO NEPOTISMO E OS EFEITOS JURÍDICOS DAS NOMEAÇÕES EM ÓRGÃOS PÚBLICOS

Larissa Luciana Aparecida França Aureliano 520

ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA COMETIDOS POR AGENTES POLÍTICOS: POSICIONAMENTOS DO STF E DO STJ

Marcela Neri Cerqueira Alves dos Santos 534

OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR: UMA ANÁLISE JURÍDICA DO INSTRUMENTO URBANÍSTICO

Luisa Amaral Azevedo Oliveira 545

Sumário

A LEGITIMAÇÃO DE POSSE PARA MUNICÍPIOS EM IMÓVEIS DEVOLUTOS: INSTRUMENTO PARA SATISFAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Milton Renault Machado 559

TERMO INICIAL DE INCIDÊNCIA DOS JUROS MORATÓRIOS NA DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA

Amanda Christina Lopes 574

A AUTORIZAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL NAS CONCESSÕES DE FLORESTAS PÚBLICAS

Carolina Godoy Leite 586

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA 'INVENÇÃO' BRASILEIRA QUE ESTIMULA O DESENVOLVIMENTO DE UMA NOVA CULTURA DEMOCRÁTICA

Flávia Pinho de Brito Muridim 598

O CONTROLE SOCIAL DAS AGÊNCIAS REGULADORAS COMO MECANISMO DE EFETIVAÇÃO DA GOVERNANÇA REGULATÓRIA DEMOCRÁTICA

Larissa Silva Gomes 607

AS CORRELAÇÕES ENTRE O PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA E A UTILIZAÇÃO DE CÉLULAS-TRONCO: EMBRIÕES EXCEDENTES E O CONTROLE DE SUA UTILIZAÇÃO EM PESQUISAS

Juliana Lemos Costa 619

A LEGALIDADE DA ALIENAÇÃO DE CRÉDITOS NÃO TRIBUTÁRIOS DE TITULARIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Flávia Neves Tomagnini 631

O PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO NA DISPENSA DO EMPREGADO PÚBLICO

Ingrid Juliane da Silva Cordeiro 641

SINDICALIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS E POSSÍVEIS ATUAÇÕES ANTE AS LIMITAÇÕES EXISTENTES NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Aline Guimarães Furlan 650

O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA COMO PARÂMETRO DO CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Igor de Carvalho Enriquez 661



Sumário

A PROBLEMÁTICA DA DELEGAÇÃO DO PODER DE POLÍCIA PARA ENTIDADES PRIVADAS E A JURISPRUDÊNCIA DO STF

Henrique de Almeida Barbosa do Vale 672

DA CONSTITUCIONALIDADE DA DELEGAÇÃO DO PODER DE POLÍCIA À EMPRESA PÚBLICA

Bernardo Zeilottini Isaac 679

O PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA E A DEFESA TÉCNICA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Lídia Costa Miranda 691

OUVIDORIA: UM INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E DE FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Líria Lara Soares 701

LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

LICITAÇÃO 'VERDE': COMPROMISSO LEGAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COM A SUSTENTABILIDADE

Renata de Castro Fereira Furtado 711

O DIREITO SUBJETIVO DO LICITANTE VENCEDOR À ADJUDICAÇÃO E CONTRATAÇÃO DO OBJETO LICITADO À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, DA EFICIÊNCIA E DA MORALIDADE

Paulo Henrique Barbosa Rezende Dutra 722

LICITAÇÕES E CONTRATOS NA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Ana Paula Soares Amorim 731

O EXERCÍCIO DO PODER DE DISCRICIONARIEDADE DO ADMINISTRADOR PÚBLICO, NA CARACTERIZAÇÃO DO NOTÓRIO SABER PARA CONTRATAÇÃO DIRETA, VISANDO A EFICIÊNCIA E A SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO À LUZ DA LEI N. 8.666/1993

Cristiano Augusto Venâncio 744

A PREVISÃO DE MARCA EM EDITAIS LICITATÓRIOS PARA AQUISIÇÃO DE BENS OU SERVIÇOS COMUNS: MANIFESTA OFENSA AO PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE

Pollyanna Gomes Naves 753

Sumário

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE ADVOGADO PELOS MUNICÍPIOS

Leonardo Dias Saraiva 767

O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA IMPESSOALIDADE E O ARTIGO 24, INCISO XIII, DA LEI 8.666/93

Alessandra Guimarães Rocha 774

ILEGALIDADE DA FIGURA DO CARONA NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Laiza Alessandra Coelho 782

A POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NAS LICITAÇÕES

Juliana Janine Trovão Santos 790

A APLICABILIDADE DO REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO FACE ÀS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Julia Luciene Santos Elias 808

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

RESPONSABILIDADE CIVIL

Márcia Antonieta Cruz Trigueiro 819

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO PELA DECRETAÇÃO INJUSTA DA PRISÃO PREVENTIVA

Letícia Marinho da Costa Martins 828

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR OMISSÃO: UMA NOVA TÉCNICA (NEO)CONSTITUCIONAL DE APLICAÇÃO

Thales Dyego de Andrade Coelho 839

RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DO ESTADO POR ATOS OMISSIVOS

Thiago Zandoná Vasconcellos 851

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR OMISSÃO OBJETIVA OU SUBJETIVA

Robson Luiz Moreira Dutra 860



Sumário

ANÁLISE DA DECISÃO Nº 591.874 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF

Flávio Henrique Rodrigues Braga 873

ELEITORAL

VOTO OBRIGATÓRIO CONTRADIZENDO PRINCÍPIOS, DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS PREVISTOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Narcizio da Cruz Ferreira 881

AS COMPETÊNCIAS ATRIBUÍDAS PELO TEXTO CONSTITUCIONAL AO PODER JUDICIÁRIO E A RESOLUÇÃO 22.610/07 EDITADA PELO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Marcos Menezes Campolina Diniz 889

DA POSSIBILIDADE DE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS, OBJETIVANDO A TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA DE RECURSOS, COM ENTIDADES PRIVADAS DURANTE OS TRÊS MESES QUE ANTECEDEM O PLEITO

Sarah Aurichio Lopes Cordeira 898

PREVIDENCIÁRIO

DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO: FATO OU MITO?

Maria Ester Alcântara de Souza 907

O INSTITUTO DA DECADÊNCIA E SUA APLICAÇÃO NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Laís Azevedo Villela 922

AUXÍLIO RECLUSÃO: ANÁLISE DO QUESITO BAIXA RENDA FRENTE AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Virgínia Martins Menezes 933

APOSENTADORIA PROPORCIONAL POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO (SERVIÇO): APONTAMENTOS SOBRE A VIABILIDADE DE RENÚNCIA PARA OBTENÇÃO DE NOVA APOSENTADORIA MAIS VANTAJOSA

Rodrigo Rigamonte Fonseca 944

O INSTITUTO DA DESAPOSENTAÇÃO FRENTE À FALTA DE PREVISÃO LEGAL

Davilh Saraiva Macedo Martins 953



Sumário

OS CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E O PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DO PODER AQUISITIVO

Marcos Ricardo Cordeiro 961

TRIBUTÁRIO

A INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 2º DA LEI 11.000/04 E A IMPOSSIBILIDADE DE LIVRE FIXAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES CORPORATIVAS PELOS CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL

Rodrigo Alan de Moura Rodrigues 977

LEI COMPLEMENTAR N. 118/05: ASPECTOS SOBRE AS INTERPRETAÇÕES DO STJ E STF

Aria Carolina de Souza e Silva 989

ABONO DE PERMANÊNCIA, NATUREZA JURÍDICA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O IMPOSTO DE RENDA

Nazário Nicolau Maia Gonçalves de Faria 998

AMBIENTAL

A COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA E SUA IMPLICAÇÃO NA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Rafael José dos Santos Mascarenhas 1009

NATUREZA JURÍDICA DAS REDUÇÕES CERTIFICADAS DE EMISSÕES

Bruna Santos de Sousa Carmo 1020